

# Sarney: terra produtiva

O ESTADO DE S. PAULO — 13

## será respeitada

### PORTO ALEGRE AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney voltou a assegurar ontem, em Estelô, na região metropolitana gaúcha (a 22 quilômetros de Porto Alegre), que a reforma agrária que seu governo pretende executar ainda este ano "não afetará áreas produtivas", "não será uma mera distribuição de terras" e "tampouco simples concentração parcelária de terras para solucionar o problema do minifúndio". Garantiu que o projeto pretende "ampliar a produção, agregar ao processo novas áreas até então improdutivas", reduzir a tensão social e resolver um problema histórico". E reiterou: "Não se pensa em tocar nas empresas rurais".

As afirmações, embora estivessem contidas no discurso previamente elaborado para a abertura da VIII Exposição Internacional de Animais pelo presidente, enquadraram-se como resposta às críticas feitas pelo orador anterior, o presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), Ary Faria Marimon, ao 1º Plano Nacional de Reforma Agrária. Em seu pronunciamento, Marimon afirmou: "Fator altamente negativo, que está repercutin-

do profundamente no seio da classe rural, agravando sobremaneira a postura de perplexidade em que o produtor se encontra, é a atmosfera que se instalou em torno da intenção manifestada pelo governo de realizar uma reforma agrária".

"Não se nega ao propósito governamental sua razão de ser", alegou o presidente da Farsul, mas observou: "Desde que dentro daqueles moldes concebidos por Tancredo Neves (...). O doutor Tancredo fazia ver 'não é conveniente parcelar glebas, mesmo extensas, se se encontram aproveitadas". Marimon lembrou que o próprio Sarney, em ocasiões anteriores, já dissera que "quem produz nada tem a temer", mas argumentou: "Acontece que, à margem desse programa de inegável procedência e tão elevados objetivos, tomam forma movimentos espúrios, estranhos ou ilegítimos, gerando expectativas de que a ação governamental culminará em total transformação das estruturas fundiárias, à base de generosa distribuição de frações de terra, dentro do falso princípio de que a produtividade agrícola é tanto maior quanto menor for o imóvel rural".

E prosseguiu: "Tais movimentos, sem que ocorra a participação pron-

ta, esclarecedora e, por isso mesmo, salutarmente moderadora por parte dos órgãos oficiais pertinentes, terminam por alimentar expectativas descabidas, que exercem forte influência perturbadora no espírito daqueles que realmente desejam produzir nos campos".

Mais adiante, disse: "Não será este parcelamento tão decantado que porá fim ao êxodo rural". Para ele, o êxodo decorre primordialmente da falta de uma política agrícola definida, e esta deve ser, antes de tudo, a prioridade do governo.

Depois do pronunciamento de Marimon, e antes do de Sarney, o governador do Rio Grande do Sul, Jair Soares (PDS), em seu discurso, também referiu-se rapidamente à reforma agrária, afirmando que ela deve "somar a vocação do homem do campo para o plantio com o solo, que é muito disponível, sem prejuízo da atividade produtiva organizada". O presidente acrescentaria que o projeto prevê toda a assistência aos agricultores que serão reassentados, e que "contemplará o crédito e a viabilidade econômica, social e política" dos reassentamentos, "mediante a aplicação de técnicas apropriadas".

## "Exigência da maioria da sociedade"

É a seguinte a íntegra do discurso do presidente José Sarney:

"Esta mostra é uma demonstração expressiva da força da terra e da determinação do nosso homem do campo.

Aqui se irmanam os produtores para mostrarem ao País o resultado de seu esforço, de sua dedicação e de seu trabalho. Aqui se destacam os avanços que o Brasil vem conseguindo no aprimoramento do seu rebanho, graças ao espírito dinâmico dos empresários da pecuária brasileira.

A prioridade à agricultura é um dos pontos centrais na estratégia do País para superar grande parte das dificuldades que enfrentamos.

O governo tem procurado atender a agropecuária. A escassez de recursos impõe-nos limites dentro dos quais temos procurado atuar da forma mais construtiva possível.

Não cabe dúvida de que os recursos destinados pelo governo federal, este ano, para empréstimos e aquisições, alcançam uma cifra que, em valores corrigidos, jamais foi alocada em nosso país a essas atividades.

Temos procurado proteger os produtores através de política de aquisição de safras agrícolas, preços mínimos, créditos e custeio da produção.

O Brasil tem as melhores condições para a produção animal. No pampa gaúcho, a fertilidade da terra permite a criação com pastagens nativas. No trópico, o sol abundante viabiliza condições inigualáveis. Cabe ao homem transformar essas potencialidades em realidade produtiva.

Para chegarmos à meta de 65 milhões de toneladas de grãos, impõe-se uma elevação vertical da produção, junto com a incorporação de novas áreas.

Os programas de reforma agrária e de irrigação representarão um aporte substantivo ao crescimento das áreas de cultivo.

A reforma agrária foi proposta em decorrência de dispositivo constitucional e de exigência da maioria da sociedade brasileira. Ela não afetará áreas

produtivas. Não será mera distribuição de terras. Nem tampouco simples concentração parcelária para solucionar o problema do minifúndio, tão frequente neste Estado. A assistência aos assentados contemplará o crédito e a viabilidade econômica, social e política, mediante a aplicação de técnicas apropriadas.

Pretende-se ampliar a produção, agregar ao processo novas áreas improdutivas. Não se pensa em tocar nas empresas rurais como tenho reiterado. O objetivo é reduzir a tensão social, resolver um problema histórico. O que se busca é o equilíbrio da riqueza no campo e o aumento da produção e da produtividade. É levar dinamismo, eficiência e justiça ao campo.

Com esses mesmos objetivos, o governo está empenhado em um amplo programa de pesquisa agropecuária, a fim de oferecer aos produtores as soluções tecnológicas que viabilizem sua atividade econômica e social.

Esta é a razão por que o meu governo, através do Ministério da Agricultura e da Embrapa, estabelecerá neste Estado, no próximo ano, uma unidade de pesquisa em agricultura alternativa, que deverá gerar técnica adequada aos pequenos e médios produtores e inúmeras tecnologias aplicáveis também aos grandes produtores e às grandes culturas.

Devo anunciar também neste instante, que determinei ao senhor ministro da Previdência, que estendesse aos trabalhadores rurais o mesmo tratamento dos trabalhadores urbanos no setor assistencial.

Voltando à pesquisa, devo dizer que ela serve para a eliminação do processo de dilapidação do solo e do ambiente, que já compromete seriamente grandes áreas do nosso País, e para outras técnicas que possam transformar a agricultura em uma atividade permanente e sustentável na mesma área física, e ainda recuperar as áreas degradadas e em processo de desertificação.

Peço licença aos organizadores

dessa mostra para valer-me deste instante e prestar uma homenagem ao Rio Grande do Sul. Esta é a primeira viagem que faço a este Estado como presidente da República. Trago as homenagens do governo e a reverência de todos os brasileiros neste ano em que comemora os 150 anos da revolução Farroupilha.

O orgulho e a determinação do ser brasileiro nascem nas heróicas sagas deste grande Estado. Rio Grande do Sul que aprendi da língua simples e encantada do vaqueano Blau Nunes, falando da ardência das areias do litoral, das lendárias ilhas da Lagoa Mirim, das Coxilhas de Santana, das áspers Penedias do Naverá, dos malmequeres do Saica, das águas grandes do Ibicuí, da derrocada fortaleza de Santa Tecla, da Forja brilhante de tantas espadas gloriosas de S. Gabriel, das paragens do Tupacereta, da língua da gulaca, do xucro, do quero, da querência. As lendas do Quero-Quero e do Negrinho do Pastoreio.

Rio Grande do Sul, exemplo e mestre de civismo, que devemos recordar nesta data em que se comemora a visão dos Farrapos, o sangue dos que molharam a terra com gesto de bravura e o heroísmo.

Recordo duas mensagens, para memória dos bravos, no manifesto de 1835 de Bento Gonçalves dizia: "O amor à ordem e à liberdade, a que me consagrei desde minha infância me arrancaram do gozo do prazer da vida privada para correr convosco à salvação de nossa querida pátria". "... Não nos propusemos a outro fim que restaurar o império da lei!".

Esse era o sentimento da guerra. O outro a canção da paz, escrita por David Canabarro, no instante final, como uma mensagem perpétua que não se perde no tempo atual, e que nos inspira: "Nós (gaúchos) partilharemos a glória de sacrificar os ressentimentos criados no furor dos partidos ao bem geral do Brasil".

Bendito Rio Grande, glória aos heróis farroupilhas".